

O QUE PODE A PERIFERIA?

Thábara S. Garcia M. Torres¹

Resumo: As periferias têm vida pulsante com seus moradores se movimentando para a rotina extenuante de trabalho. Em seu tempo livre, o cuidado com a família e o lazer são objetivos comuns. A literatura, como outras produções culturais, não é facilmente encontrada na vida de quem vive na periferia, devido aos poucos equipamentos culturais e bibliotecas públicas, nos territórios periféricos. A colonização se faz presente nas regras da política, na segregação socioespacial e no direito à cidade. O racismo e o machismo se apresentam todos os dias na periferia. Mas os periféricos começaram a contar suas histórias, através das mulheres, dos jovens, nas músicas, nos *slams*, nas rodas de rima e no texto literário. O objetivo do presente ensaio é fazer a contraposição da história de colonização da cultura brasileira através da nova literatura que surge das periferias urbanas. Com a obra de Sérgio Vaz, além do conceito de direito à cidade de Henri Lefebvre e o ensaio de Antonio Candido, o texto perpassa por novas possibilidades no fazer literário, mas deslocando o local da produção, apresentando a periferia com seus novos protagonistas.

Palavras-Chave: Periferia. Literatura. Direito à literatura. Colonização. Direito à cidade.

WHAT CAN THE PERIPHERY?

Abstract: The peripheries have a pulsating life with their residents moving to the strenuous work routine.

¹ Mestranda em Educação, Comunicação e Cultura em Periferias Urbanas, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Endereço eletrônico: thabara-garcia@gmail.com.

In her free time, family care and leisure are common goals. Literature, like other cultural productions, is not easily found in the lives of those who live on the periphery, due to the few cultural facilities and public libraries in peripheral territories. Colonization is present in the rules of politics, in socio-spatial segregation and in the right to the city. Racism and machismo present themselves every day on the periphery. But the peripherals began to tell their stories, through women, young people, in songs, in slams, in rhyming circles and in the literary text. The objective of this essay is to contrast the history of colonization of Brazilian culture through the new literature that emerges from urban peripheries. With the work of Sérgio Vaz, in addition to the concept of the right to the city by Henri Lefebvre and the essay by Antonio Candido, the text goes through new possibilities in literary work, but displacing the place of production, presenting the periphery with its new protagonists.

Keywords: Periphery. Literature. The right to literature. Colonization. The right to the city.

O morador da periferia tem que dar seus pulos para chegar ao fim do dia. Seja para conseguir completar o valor da passagem ou para comprar a mistura dos meninos. A volta para casa, num ônibus lotado e sem ar-condicionado, faz parte de uma rotina de luta e cansaço. Essa cena não é vista só no Rio, em São Paulo ou em Belo Horizonte. E também não é do romance de Rubens Figueiredo, *Passageiro do fim do dia*. Essa cena acontece na periferia do Distrito Federal, de São Luís, Belém, Curitiba ou em qualquer lugar que tenha uma classe trabalhadora que dá duro para sobreviver.

No fim de semana, é tempo de cuidar de si e dos seus. Fazer um churrasco. Na laje ou no quintal. Lavar a roupa, fazer a marmita semanal, tomar uma gelada e assistir o clube do coração. Sete dias não parecem suficientes para o traba-

lhador brasileiro. São muitos afazeres, muitas preocupações. E quase sempre não dá tempo para nada.

Quando começaram a contar a nossa história, nós, os trabalhadores, ficamos de lado, como figurantes *da* e *na* narrativa. Disseram que a gente era preguiçoso. Mandaram carta para além-mar falando da vergonha que a gente fazia. Contaram que tínhamos a pele marrom, que usávamos uns adornos no rosto e que não tínhamos vergonha de mostrar nossas vergonhas. Mas como dizem nossas mães, “vergonha é roubar e não poder carregar”. Disso não podem reclamar. Fizeram uma limpa. Levaram ouro, prata, gente, bicho. Só que português gosta de contar história. E era preciso contar a nossa. Se era verdade ou não, a gente discutiria mais na frente, no século XX. Se vencemos ou se fomos vencidos, nós já temos a resposta. Só não dava para falar. Por agora, começamos a escrever nós mesmos, a nossa própria história. Como literatura.

Nos outros campos, ainda éramos escravizados, explorados. No terceiro mundo. No colonizado mundo que era para ser novo, mas que ‘nasceu’ de forma velha. Com a violência de sempre.

Escolheram um cenário e uma cor. A cor local. Verde cintilante de uma mata viva, nativa e imponente. Palmeiras e sabiás na minha terra têm. Tem Peri, Iracema e Ubirajara. Transformados em heróis, ao menos em suas ficções, seus povos e cultura foram dissipados e deixaram uma vaga lembrança. Memória e registro não temos o suficiente. As línguas se foram. A vida na mata tem ido embora. A mata também. Foi preciso sair. Fazer diáspora. Dentro e fora do continente. Chegar nas cidades, nos grandes conglomerados de vida. Nos bolsões de miséria.

Mas na cidade não puderam ficar. Botaram abaixo seus castelos, suas casas, seu morro. Jogaram terra e aterraram. A praia e muitas vidas. Não podiam mais morar nos cortiços,

não podiam mais morar no Castelo. E toma-lhe diáspora. E refúgio. E vai para a Zona Oeste, para a Baixada e para outras favelas. Providência, Catumbi, Livramento, Babilônia, Rocinha, Alemão, Maré e tantas outras comunidades. Comunidades imaginadas com alguns símbolos. Não os mapas e os museus. Mas os da exclusão. Mais uma vez o outro decidindo o rumo das nossas vidas.

No lado de lá, ou de cá, as vidas precárias² sempre vão à luta. Na busca de seus direitos, a primeira coisa a ser feita é dizer. É preciso dizer que garantir é preciso. Dizer a palavra. E ela pode vir de diversas formas. No grafite, nos muros, no rap, no funk, no *slam*, no desenho, na tatuagem, na dança, na capoeira, no teatro, na Constituição e nas letras. De samba e dos livros. Não porque estão por perto, mas porque deveriam estar. Só tem samba e batuque porque os meninos improvisam com latas e qualquer material. Só tem livros, se forem encontrados no lixo, na rua, nas pouquíssimas escolas e na raríssima biblioteca do bairro. No singular mesmo.

Do direito à Literatura

O morador da Baixada Fluminense, da Zona Oeste, dos subúrbios e da favela precisa, quase sempre, se deslocar para acessar os direitos básicos. Saúde, Educação, Emprego, Esporte e Lazer. Cultura?³ Cidades como Japeri, Belford Roxo e Magé — todos na Baixada — não contam com sala de cinema. Ainda na Baixada Fluminense — periferia da Região Me-

² Aqui me refiro a obra de Judith Butler, *Vida precária*. Neste livro de ensaios, a filósofa discute as relações humanas com o Outro, a alteridade e a construção da violência numa sociedade antiética. Elucida suas posições elencando algumas relações desiguais de poder, como a política violenta do estado de Israel contra a Palestina ou mesmo as violações na prisão de Guantánamo. Todo o debate é proposto a partir do '11 de setembro', cujo evento marca o rompimento da 'cordialidade' entre o Ocidente e o Oriente e a autora reflete: afinal, quais vidas são passíveis de luto?

³ O termo "cultura" aqui se refere aos produtos e equipamentos culturais.

tropolitana do Rio de Janeiro — o município de Magé, com pouco menos de 250 mil habitantes, só possui uma biblioteca pública. Em Duque de Caxias, cidade vizinha — que, vejam só, possui um dos maiores PIBs do Brasil — só tem 4 bibliotecas.

Ora, convenhamos que ter biblioteca pública não garante nada. Assim como ter escolas não garante educação efetiva e de qualidade para todos. Mas à periferia é negado esse e alguns outros direitos. O de ir e vir, por exemplo. Se você for jovem e negro, é melhor não sair de casa para não levar uma dura 'dos homens'. O direito à água para beber ainda é, em tantos lugares, como no diário de Carolina. Tem que acordar cedo para ir para a fila da bica com o balde na cabeça. Muita coisa não mudou. Mas por que falar de água no tópico do direito à literatura? Porque são direitos que devem ser garantidos a todos, sem distinção, como um direito incompressível. E essa reflexão foi feita por Antonio Candido. Para ele, "se a literatura é manifestada desde os devaneios amorosos ou na atenção dada às novelas, então, a literatura é tida como para corresponder a uma necessidade universal que precisa ser satisfeita" (CANDIDO, 2011, p. 177). O crítico reforça, ainda, que não é possível existir equilíbrio social se não houver relação de hábito com a leitura literária.

Da desigualdade de gênero

As mulheres, em suas histórias, na História do mundo, foram mantidas alijadas das artes. Representadas, sim, como madonas, prostitutas, concubinas e monarcas. Em grande parte, despidas não só de suas roupas, mas de suas narrativas, de seus protagonismos. No teatro, os homens se fantasiavam do gênero oposto, à guisa da chalaça e do boicote. Fora dos palcos, não era preciso tergal, seda, linho ou qualquer outro tecido para debochar das mulheres e para violá-las. O traje da violência poderia ser de luxo ou de lixo, mas

todos eram superiores às anáguas e às saias engomadas, fossem das donas ou das mucamas. O tempo foi passando e com ele, os novos fatos e os novos modelos vieram. Não só de roupas, mas de comportamento. Algumas coisas ficaram *démodé* demais. O silenciamento das mulheres é uma dessas coisas. E, de algum modo, elas começaram a falar. E a escrever. Contudo, se fizermos um balanço das mulheres que escreveram e entraram para a história oficial, pouco encontraremos as mulheres pobres, as negras, as das favelas e das periferias.

Hoje, enfim, conhecemos Carolina Maria de Jesus. Temos a felicidade de acompanhar o vigor do trabalho de Conceição Evaristo. Outrora, viveu nessas terras, Maria Firmina dos Reis, cujo tempo quase deixou seu romance pelo caminho. Só há pouco, a reconhecemos. Afinal, Maria Firmina foi a primeira mulher negra a escrever um romance no Brasil.

Nesse tempo contemporâneo cheio de novidades e mudanças, podemos ler Eliana Alves Cruz, Cidinha da Silva e quantas outras mulheres negras que não saberemos de suas ficções pois nem aprenderam a escrever. Não foram à escola ou não tiveram o direito à literatura e, por isso, nem sabem se querem ou não fabular. Hoje, o direito de ler e escrever foi ampliado. Após muitas lutas, muitos movimentos e muita política, tem gente da periferia escrevendo e sendo lido. Não só das periferias urbanas que estamos acostumados a ouvir sobre, como as do eixo Rio-São Paulo, mas da periferia global. Chimamanda Ngozi Adichie, na Nigéria. Paulina Chiziane, em Moçambique. Hoda Barakat, no Líbano. Adania Shibli, na Palestina. Marjane Satrapi, no Irã. Keum Suk Gendry-Kim, na Coreia do Sul.

Do direito à cidade⁴

Os acontecimentos históricos e políticos de um país, de uma região ou de um continente deixam marcas não só nas democracias, mas nos corpos. Esses acontecimentos que, oficialmente, mudaram os rumos do mundo ocidental e, por que não dizer do oriental, flagelaram diversos corpos e subjetividades. Vidas atravessadas por violências, misérias, exclusões, desigualdades e traumas. Aqui poderia ser uma clara referência ao pós-1945, cujo período conta com vasta referência bibliográfica no campo da História, da Sociologia e da Filosofia. Mas, como ainda fala-se pouco sobre 1888, o ano em que o último país do mundo ocidental declarou o fim do regime de escravidão, pensemos como bell hooks (2013) que acredita na possibilidade de novos fazeres, de novos métodos. Não só na Educação, mas na vida, nas artes e nas letras. Portanto, falemos disso.

Da ordem do social e do humano, o direito à cidade se atenta para a ideia fundante de que são as desigualdades e as opressões que determinam como as vidas se desenvolvem na produção do espaço.

Não há bairros para pedestres. Não há parques e áreas verdes nas periferias. Não tem lazer na favela. Os padrões segregadores passaram a ser um constitutivo social e modelo de urbanização. Mas, nos países da periferia, sobretudo a periferia do Capitalismo, não é possível adaptar o pensamento de Lefebvre (2011), pois mesmo que as estruturas de exploração sejam as mesmas, algumas regiões, como a América Latina, por exemplo, carregam suas especificidades de exclusão e desigualdade.

Por mais que existam processos estruturais que orientem globalmente a espoliação, há condições distintas em cada sociedade que fazem emergir questões próprias a se-

⁴ A expressão foi cunhada pelo filósofo francês Henri Lefebvre em 1968.

rem enfrentadas. Por isso, ao chegar ao Brasil na década de 1980, a proporção do conceito de direito à cidade é associada ao desenvolvimento de estruturas de cidades. Ainda hoje, 40 anos depois, nem as estruturas básicas, nem o direito à cidade em toda sua completude, foi alcançado no país.

Portanto, se as melhores estruturas urbanas e o direito à cidade não são garantidos a todos, é porque para parte da população esse direito é, sim, assegurado. Mas esse também é resultado de um processo histórico.

Se derrubaram morro, aterraram mar, expulsaram gente dos centros, enfeitando as praças para copiar a Europa, podemos dizer que, no mínimo, não temos criatividade. Mas a verdade é que o processo de branqueamento da sociedade brasileira também passa pela estética das cidades. Afinal, a capital do Império e da novíssima República não poderia ter cara de gueto.

Esse processo de embelezamento não ocorreu só na bela época. Há alguns ciclos econômicos e marcos essenciais para o desenvolvimento do capitalismo que expulsam mais uma vez os pobres para longe. E assim, seguimos removendo gente. Voltemos um pouco.

Lembra que ninguém convidou a família real e eles caíram nas nossas portas, assegurando que essas seriam as casas deles? Tomaram o Catumbi, a Saúde, a Glória, o Catete, Santa Teresa e tudo o mais. Hoje, as prefeituras e as polícias continuam fazendo isso, defendendo alguns mesmos interesses. Dentre eles, a propriedade privada. E invadem os terrenos, em futuras áreas nobres. Nem parece que o período colonial acabou. Por isso, é fato dizer que democracia racial nunca existiu no Brasil. Nem na América e, poderíamos ousar dizer, que em lugar algum. Medidas paliativas de reparação histórica foram tomadas com fins de diminuição dessa desigualdade estrutural que instaura um abismo diário entre brancos e pretos no país. Porém, esse passo não é o suficien-

te. O racismo sofrido por quem carrega uma marca histórica de violação segue sua cartilha de exclusão do outro e do quê e de quem é considerado inferior.

Da política

A Constituição cidadã é um divisor de águas na história e na política brasileira. Ainda que até hoje seja necessário defender a sua aplicação, o documento confere a muitos, alguns direitos que anteriormente sequer existiam. É nele que as cidades passam a ter protagonismo na produção de políticas para o desenvolvimento, no capítulo da política urbana. Mas é somente em 2015, que as cidades ganham sua própria política administrativa, determinada pelo estatuto das metrópoles. O instrumento estabelece diretrizes para o planejamento e a gestão da estrutura das cidades, garantindo efetividade do uso do orçamento público na garantia dos direitos básicos, como saneamento, mobilidade urbana e estrutura, em geral. Mas ainda que no papel, garantido pelo novo 'contrato social' brasileiro, a Carta Magna, o Estatuto da Metrópole acaba sendo um enalço e um problema a mais para as gestões municipais resolverem.

Das ruas

A rua é o lugar de todos. Ou deveria ser. É encantadora pela sua diversidade e grandeza. Mas também pode ser cenário de agruras. Palco de tantas manifestações culturais, o espaço público é moeda de troca numa conjuntura política de cabo de guerra. Mas isso não é de agora. A determinação de fronteiras, de Estados, de cidades e regiões sempre foi uma disputa que atende aos interesses dos grandes donos das terras. Dos latifundiários (leia-se exploradores, colonizadores ou o termo que pior lhe convier).

As ruas das grandes cidades são espaços que ampliam o poder do capitalismo não só para sua própria expansão, assim como para o completo desespero do trabalhador que, hoje, usa as calçadas para vender — ou tentar — qualquer tipo de quinquilharia. Mas pode o leitor se perguntar o que isso tem a ver com a literatura. E a resposta poderia ser: nada! Mas suponhamos que seja tudo.

Há quem possa pensar que a rua é para todo tipo de gente. Mas não é verdade. Essa gente⁵ mais escurinha não pode nem passear com o cachorro sem levar uma dura da polícia. Essa gente, que resolveu carregar uma arma para sua própria segurança, não assegura mais o direito de ninguém. Essa gente não pode nem vestir a roupa que quer. E não se pode mais ir e vir para certos CEPs que se corre o risco de levar um tiro à queima roupa. E nem é da polícia. É do cidadão de bem. De bens móveis, políticos e públicos. Essa gente 'careta e covarde' ainda é quem decide o rumo da prosa. E quem dera se fosse só a literária.

Do lado de cá, a praça com pouquíssima estrutura é o lugar para muita coisa. Futebol. Barraquinha da Dona Maria. Pipoca do seu Zé. Roda de rima. Slam. Aula de lambaeróbica. Namoro. Animais. Idosos. Festa do dia das crianças. Carnaval. Jogo do Flamengo.

Nem sempre há esse espaço. Nem sempre ele é de uso coletivo. Nem sempre é gratuito. Nem sempre tem roda de rima, rap ou funk. Às vezes, tem dura da polícia. Mas amanhã vai ser outro dia.

⁵ Menção à obra de Chico Buarque, *Essa gente*, lançado em 2018. Ainda que Chico Buarque de Holanda seja um escritor e um artista contemporâneo, obviamente que ele não é considerado como um rosto da literatura periférica. Contudo, no alto do seu apartamento à beira-mar, o músico e escritor, com sua conhecida sensibilidade, é capaz de ironizar a pobreza moral dos seus vizinhos conservadores da orla do Leblon e fazer uma boa "sátira" do Brasil atual. Mesmo que o romance pareça mais um livro-documentário, teoricamente, o texto é somente uma boa sátira. Por isso, aqui o menciono.

Da literatura brasileira

Nosso primeiro registro é uma epístola. Uma carta de anúncio. Era preciso colonizar a gente. Aqui só tinha selvagem⁶. Imagina o que poderia vir de seres que eram capazes de colocar humanos cristãos em um caldeirão para os comer vivos? Imagina o que se poderia querer de seres que não falavam língua civilizada e nem usavam vestes. Uma total vergonha. Era preciso desenhar um novo Brasil (SCHWARCZ, 2019). Com uma nova história, com uma nova memória, com uma nova roupa. E assim, precisávamos de umas narrativas tipicamente brasileiras, para História oficial, aquelas que se contam⁷. Num romantismo quase que desleal com a real brasilidade, a trama de uma bela índia e um europeu. Ou mesmo a de uma doce filha de fazendeiro com um heroico indígena, não mais selvagem.

Com o avanço da História, o Brasil foi se tornando independente. Imperioso. Pois então, registramos a corte e suas indecorosas infâmias. Machado fez graça. Lima, chalaça. Não havia como levar a sério a República de tupiniquins, que num calor tropical imitava a Europa em vestes, costumes e obras públicas⁸.

Até que veio o tempo de a literatura começar a mostrar os pobres e desvalidos. Mas não como protagonistas de uma narrativa heroica, mas sim como desventurados, ainda que por motivos do passado: de uma pobreza herdada pela sua colonização. Cortiço, seca, prostituição e violências co-

⁶ Algumas obras registram os povos originários como selvagens. À exemplo temos *O tratado da terra do Brasil*, de Pero Gandavo e o texto do alemão Hans Staden, *Duas viagens ao Brasil*.

⁷ Aqui faço referência às teorias benjaminianas. Contudo, posso utilizar como um bom exemplo, a obra "Sobre o conceito de História".

⁸ Aqui me refiro ao período conhecido como "Belle Époque", cuja obra do historiador Jeffrey Needell *Belle Époque tropical* traz ricos detalhes sobre como a elite da sociedade carioca, na virada do século passado, vivia, numa tentativa rotineira de recriar os moldes franceses e ingleses, no calor brasileiro.

meçam a redesenhar os novos períodos literários. Mesmo assim, escrita por delicadas mãos de burocratas, acadêmicos, políticos, advogados e professores. E então, era a literatura ainda escrita e lida por tão poucos. Com esmero e prestigiosos vocábulos. Estava na hora de ser mais livre e plural, ainda que não largasse de mão o melhor que vinha de fora, da Europa. Em seu manifesto que alude ao caldeirão antropofágico dos selvagens de Staden, Oswald de Andrade saúda os brasileiros e ironiza os caminhos que o Brasil seguiu. Acolhe nossas misturas. Ratifica nossa importância. Afirma que já havíamos descoberto a felicidade, antes mesmo de sermos 'descobertos' pelos portugueses e finaliza: *A baixa antropofagia aglomerada nos pecados de catecismo — a inveja, a usura, a calúnia, o assassinato. Peste dos chamados povos cultos e cristianizados, é contra ela que estamos agindo. Antropófagos* (ANDRADE, 1976, s/p).

Algumas décadas depois, o também poeta, Sérgio Vaz escreve o seu manifesto. A partir da sua vida, da sua escrita. Também antropofágico. Mas da periferia. Como uma ode ao amor que carrega pelo seu lugar e o que pode viver nele, o poeta convoca:

A Periferia nos une pelo amor, pela dor e pela cor.
Dos becos e vielas há de vir a voz que grita contra o silêncio que nos pune. Eis que surge das ladeiras um povo lindo e inteligente galopando contra o passado. A favor de um futuro limpo, para todos os brasileiros. A favor de um subúrbio que clama por arte e cultura, e universidade para a diversidade. Agogôs e tamborins acompanhados de violinos, só depois da aula. Contra a arte patrocinada pelos que corrompem a liberdade de opção. Contra a arte fabricada para destruir o senso crítico, a emoção e a sensibilidade que nasce da múltipla escolha. A Arte que liberta não pode vir da mão que escraviza. A favor do batuque da cozinha que nasce na cozinha e sinhá não quer. Da poesia periférica que brota na porta do bar.

Do teatro que não vem do “ter ou não ter...”.
Do cinema real que transmite ilusão.
Das Artes Plásticas, que, de concreto, quer substituir os barracos de madeiras.
Da Dança que desafoga no lago dos cisnes.
Da Música que não embala os adormecidos.
Da Literatura das ruas despertando nas calçadas.
A Periferia unida, no centro de todas as coisas.
Contra o racismo, a intolerância e as injustiças sociais das quais a arte vigente não fala.
Contra o artista surdo-mudo e a letra que não fala.
É preciso sugar da arte um novo tipo de artista: o artista-cidadão. Aquele que na sua arte não revoluciona o mundo, mas também não compactua com a mediocridade que imbeciliza um povo desprovido de oportunidades. Um artista a serviço da comunidade, do país. Que armado da verdade, por si só exercita a revolução.
Contra a arte domingueira que defeca em nossa sala e nos hipnotiza no colo da poltrona.
Contra a barbárie que é a falta de bibliotecas, cinemas, museus, teatros e espaços para o acesso à produção cultural.
Contra reis e rainhas do castelo globalizado e quadril avantajado. Contra o capital que ignora o interior a favor do exterior. Miami pra eles? Me ame pra nós!
Contra os carrascos e as vítimas do sistema.
Contra os covardes e eruditos de aquário.
Contra o artista serviçal escravo da vaidade.
Contra os vampiros das verbas públicas e arte privada.
A Arte que liberta não pode vir da mão que escraviza.
Por uma Periferia que nos une pelo amor, pela dor e pela cor.
É TUDO NOSSO!
(VAZ, 2008, p. 246-250).

A primeira convocação, a do modernista, clama por uma arte que carregue mais sua brasilidade, por um texto que colabore na confecção de uma gramática própria, de língua portuguesa, mas que seja tipicamente brasileira. Sem abdicar da rica arte europeia. A convocação de Sérgio Vaz já

não precisa clamar pela gramática. Mas sim pelo político. E pela (des)igualdade. Pela Arte que liberta. Pela Literatura que desperta.

O que pode a Literatura?

Muito. Pode muito. Para Todorov. Para quem mora na periferia, tudo. Pode tudo. Pode dar espaço ao imaginário que não seja só de violência. Apesar desta ser, talvez, a cor local desses autores que não são daqui. Não tem mata verde cintilante. O que cintila na favela é o córrego. Não dos rios. Mas do esgoto à céu aberto. A violência, pode ser tudo. O motivo da dor, da morte. Mas também da vontade de escapar. Sair dela. Mesmo que ela não saia de nós. O trauma fica. E aparece na literatura. De Ferréz. De Giovani Martins. De Carolina Maria de Jesus. Mas, mesmo que não seja 'literatura de testemunho' (ainda não sabemos o porquê), o registro da violência e da dor coletiva está ali. Afinal, a literatura de testemunho não é o registro de um trauma coletivo?

A literatura estende a mão, como afirma o crítico. Não precisa ter luxo. Menos, em alguns casos, é mais. Compartilhar sua experiência na ficção — ou não — pode ser o suficiente para o autor. Ele só quer falar. E nem sempre precisa de papel. Se juntar na roda, sai prosa. Ou poesia. No alto do morro, tem também roda de rima. Mas será a literatura da periferia só para relatar a si mesma?⁹

Será a periferia só o lugar da dor e da perda? Ou essa produção só carrega essa alcunha pois se tem uma literatura periférica, é porque há uma literatura central? Mas o que então faz a literatura periférica de alguns estar nas maiores editoras do Brasil? Essas obras estão tomando o centro ou ainda comem pelas beiradas?

⁹ Aqui podemos referenciar a obra de Judith Butler, *Relatar a si mesmo*. Ou não.

Aquele que busca na literatura um sentido para sua vida, seja como leitor ou mesmo como autor, pode usar esse espaço para muitas coisas. Jessé¹⁰ andava tanto de trem que começou a usar o tempo que gastava nas longas viagens para escrever um livro.

Quantos diários de detentos, então, devem existir nesse país?

Quantos diários de Bitita?

Quantas memórias existem nos becos afora?

O que será que podem os que foram expulsos de suas casas, das ruas, dos direitos?

O que será que pode a literatura dessa gente?

Referências

ANDRADE, Oswald de. Manifesto antropófago. In: TELES, G. M. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas*. Petrópolis: Vozes, Brasília: INL, 1976. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cdrom/oandrade/oandrade.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

CÂNDIDO, Antônio. O direito à literatura. In: CÂNDIDO, Antônio. *Vários Escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul/ São Paulo: Duas Cidades, 2011.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo Martins Fontes, 2013.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Centauro, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Disponível em: [http://bibliotecas.cultura.gov.br/busca/##\(global:\(enabled:\(space:!t\),filter Entity:space,m ap:\(center:\(lat:-22.897683210648072,lng:-43.43994140625\),zoom:10\),openEntity:\(id:4570,ty pe:space\)\)\)](http://bibliotecas.cultura.gov.br/busca/##(global:(enabled:(space:!t),filter Entity:space,m ap:(center:(lat:-22.897683210648072,lng:-43.43994140625),zoom:10),openEntity:(id:4570,ty pe:space)))). Acesso em: 23 out. 2021.

¹⁰ Aqui me refiro ao escritor e produtor cultural, Jessé Andarilho.

TODOROV, Tzvetan. O que pode a literatura. *In: A literatura em perigo*. 4. ed. Rio de Janeiro: DIFEL (2012 [2007]).

VAZ, Sérgio. *Cooperifa-Antropofagia Periférica*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2008.

[Recebido em: 6 abr. 2022 — Aceito em: 13 out. 2022]